

Piracicaba, 18 de agosto de 2026

NOTA TÉCNICA

A Nota Técnica nº 01/2023 da Secretaria Adjunta VI – Recursos Hídricos, ligada à Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, aponta que o município de Piracicaba está na lista dos 1.942 municípios (34,9% dos municípios brasileiros) mais suscetíveis às ocorrências de deslizamentos, enxurradas e inundações para serem priorizados nas ações da União em gestão de risco e de desastres naturais, com 2.812 pessoas em áreas mapeadas de riscos a estas ocorrências.

Já, a Nota Técnica nº 10/2025 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), define critérios e gera o ranqueamento dos 260 municípios prioritários para implementação da Iniciativa AdaptaCidades, no âmbito do Programa Cidades Verdes Resilientes, colocando Piracicaba na 11ª posição no ranque dos municípios prioritários do Estado de São Paulo, sendo classificada como Prioridade Alta para a execução de ações de adaptação climática.

As duas notas técnicas mencionadas demonstram a necessidade de medidas locais para lidar melhor e responder de forma adequada aos efeitos negativos do aquecimento global, entre eles o aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como tempestades, enxurradas, alagamentos, inundações, deslizamentos, ondas de calor, estiagens e secas.

A Comissão Municipal de Mudanças Climáticas de Piracicaba (COMCLIMA) atua como órgão de controle social das políticas públicas climáticas na esfera local desde junho de 2021, consolidando-se como um espaço permanente de diálogo entre o poder público e a sociedade civil para discutir, propor, acompanhar e fiscalizar políticas voltadas ao enfrentamento da crise climática.

A primeira versão da Minuta da Política Municipal de Mudanças Climáticas (PMMC) foi elaborada coletivamente no âmbito da COMCLIMA e entregue ao Chefe do Executivo em julho de 2022 na gestão anterior, passou por mais um processo participativo de concepção de tal política pela COMCLIMA e parceiros nos primeiros meses de 2025, o qual gerou a versão atualizada entregue em abril do mesmo ano à Prefeitura de Piracicaba.

Tal minuta tem o objetivo geral de estabelecer o compromisso do Município frente aos desafios das mudanças climáticas, dispor sobre as estratégias para adaptar o território e a população aos impactos causados por tais mudanças, além de contribuir para reduzir as emissões dos gases de efeito estufa na atmosfera. Ela está estruturada em objetivos, princípios, definições, requisitos para o plano municipal de ação climática, estratégias e diretrizes de gestão pública resiliente, de adaptação e mitigação nos setores de Energia, Agropecuária, Mudança de Uso da Terra, Saneamento Básico e Indústria.

Diante da falta de encaminhamentos do Poder Executivo Municipal para que a minuta em questão viesse a se tornar uma política pública aprovada pelos Vereadores, a COMCLIMA e parceiros se aproximaram do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente, Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA PCJ-Piracicaba / MPSP) e do Observatório do Futuro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) para vislumbrar caminhos para que a minuta chegue à Procuradoria Municipal para ser transformada em Projeto de Lei e depois seja destinada à tramitação na Câmara para possível aprovação pelos parlamentares.

Neste sentido, o GAEMA PCJ-Piracicaba, o qual tem atuação regionalizada no âmbito das Bacias Hidrográficas do Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), instituiu a Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Política Pública (PAA-PP) para acompanhar o planejamento, a tramitação e a efetiva implementação da PMMC de Piracicaba, fiscalizando a adoção de medidas de mitigação e adaptação, a estruturação da governança climática, a situação jurídica e os impactos da revogação de instrumentos tributários de incentivo ambiental (IPTU Verde), bem como a regulamentação de políticas correlatas (Energia Solar) e o fortalecimento da Defesa Civil para gestão de riscos e desastres.

Em 2026, o TCESP desenvolveu o Painel Clima SP e apresentou um diagnóstico climático dos 20 municípios paulistas mais vulneráveis, entre eles Piracicaba. A iniciativa avaliou a capacidade dos municípios para gerir e reduzir riscos climáticos, identificou fragilidades estruturais e oportunidades de melhoria, além de ter indicado caminhos em apoio aos gestores para a ação pública de formulação de políticas de adaptação e mitigação, analisando os aspectos de governança, políticas públicas e financiamento.

No diagnóstico do Painel Clima SP o desempenho geral de governança foi de 68%, 47% para políticas públicas e 31% para financiamento; tratando-se de Piracicaba, o desempenho foi de 29% no eixo de governança, 27% nas políticas públicas e 0% no eixo financiamento climático. É importante destacar que a pontuação e o resultado obtidos em governança e políticas públicas correspondem basicamente à existência e ao funcionamento da COMCLIMA, além do fato do município contar com a minuta da política climática local construída coletivamente.

Cabe ressaltar que o Projeto ClimateScanner e o Painel Clima Brasil são metodologias desenvolvidas para avaliar e acompanhar as ações dos governos no enfrentamento das mudanças climáticas. O ClimateScanner foi criado em 2022 pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle, sob a liderança do Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU), e foca nas iniciativas dos governos nacionais em todo o mundo.

Por sua vez, o Painel Clima Brasil foi criado em 2025 com a finalidade de avaliar as ações climáticas dos governos estaduais e municipais no Brasil. Inspirado no ClimateScanner, foi desenvolvido conjuntamente pelos tribunais de contas brasileiros. Ambos analisam os eixos adotados pelo Painel Clima SP, ou seja, governança, políticas públicas e financiamento, enfatizando na avaliação da existência de estruturas, planos e recursos destinados às ações climáticas.

Em relação às oportunidades para os municípios, há um estudo que criou um banco de dados usando a estrutura do Triplo Dividendo de Resiliência (TDR) para avaliar os benefícios de 320 investimentos de adaptação em agricultura, água, infraestrutura e saúde em 12 países entre 2014 e 2024. No geral, estima-se que cada US\$ 1 investido em adaptação gere mais de US\$ 10,50 em benefícios ao longo de um período de 10 anos, frisando que os investimentos avaliados custaram US\$ 133 bilhões no total e podem gerar benefícios de US\$ 1,4 trilhão, com retorno médio de 27%.

Outro resultado relevante deste estudo é que quase metade dos investimentos em adaptação analisados produzem cobenefícios e potenciais sinergias com ações de mitigação, proporcionando oportunidades adicionais de financiamento por meio do financiamento de carbono.

Com um pouco de articulação do Poder Público, Piracicaba pode buscar cooperações no próprio município com o Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical da Universidade de São Paulo (CCARBON/USP) e com o Grupo de Climatologia e Modelagem Agrícola da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

(ESALQ-Clima), além da possibilidade de estabelecer convênio com o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Outras oportunidades podem surgir com a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, com Associações de Municípios e parcerias com instituições renomadas e reconhecidas pela atuação na pauta climática, tais como: Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), Instituto de Recursos Mundiais (WRI), ICLEI Governos Locais pela Sustentabilidade e outras.

A comunicação com os Governos Paulista e Federal é uma ação estratégica e essencial para a captação de recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDON, C.; KRATZER, B.; AGGARWAL, A.; HEUBAUM, H. **Bases econômicas para o investimento em adaptação climática**: uma abordagem de triplo dividendo. Washington, DC: World Resources Institute, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.46830/wriwp.25.00019pt>. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento. Secretaria Adjunta VI – Recursos Hídricos. **Nota técnica nº 1/2023**: atualização dos critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações para serem priorizados nas ações da União em gestão de risco e de desastres naturais. Brasília, DF: SADI-VI/SAM/CC/PR, 2023.

COMISSÃO MUNICIPAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICA DE PIRACICABA. Minuta da política municipal de mudanças climáticas. Piracicaba, SP: COMCLIMA, 2025. Disponível em: <https://comclimapiracicaba.wixsite.com/comclima/downloads>. Acesso em: 18 ago. 2026.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Secretaria Nacional de Mudança do Clima. Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima. **Nota técnica nº 10/2025**. Brasília, DF: MMA, 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente. **Portaria de instauração de procedimento administrativo de acompanhamento de política pública – PAA.PP nº 1096.0000001/2026**. Piracicaba, SP: GAEMA PCJ-Piracicaba, 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **ClimateScanner e Painel Clima Brasil**. Brasília, DF: TCU, 2026. Disponível em: <https://climatescanner.org/pt/sobre/>. Acesso em: 18 ago. 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Painel Clima SP. São Paulo, SP: TCESP, 2026. Disponível em: <https://tce.sp.gov.br/painelclimaspp/>. Acesso em: 18 ago. 2026.

Autores do texto

Ayri Saraiva Rando, Ezio Appezzato Junior, Girlei Costa da Cunha e Tainá Yumi Patriani.